

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA****REQUERIMENTO Nº , DE 2023****(Do Sr. Bandeira de Mello)**

Requer a realização de audiência pública para discutir a situação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir a situação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). .

Para tanto, faz-se necessário a participação dos seguintes convidados:

Francisco Rondinelli Junior - Presidente CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

Alexandro Facure Neves de Salles Soares - DRS – Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear

Neilson Marino Ceia - AFEN – Diretor Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear

Alexandre Silveira – MME - Ministro de Minas e Energia

Celso Cunha - ABDAN – Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares

Marcelo Leite Freire – Auditor Chefe do TCU

Fernando Perrone – INEE Diretor Geral



JUSTIFICATIVA

A Autoridade Nacional de Segurança Nacional foi criada pela Medida Provisória nº 1.049, de 14 de maio de 2021, convertida na Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, a partir da cisão da CNEN, que permanece vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a ANSN tem como finalidade institucional monitorar, regular e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica das atividades e das instalações nucleares, materiais nucleares e fontes de radiação no território nacional.

Mais do que uma simples separação de competências, a criação da ANSN é uma consolidação de um novo marco legal nuclear para regulação, normatização, licenciamento, controle e fiscalização de instalações e atividades que envolvam materiais nucleares, elementos estratégicos de interesse para a energia nuclear e fontes de radiação ionizante em território nacional.

A criação da ANSN não implicará em aumento das despesas para o Estado, visto que as autarquias vão dividir orçamento, estrutura e pessoal, atualmente previstos para a CNEN. A Comissão conduzirá os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do setor, continuando vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Desta forma, esta audiência pública pretende debater a situação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, que ainda não teve sua constituição concluída.

Sala das comissões, de setembro de 2023.

Deputado Bandeira de Mello

